

**Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – FAJS
Curso de Direito**

RICARDO RODRIGUES FONSECA JUNIOR

***A QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL: UMA ANÁLISE À LUZ
DOS CRITÉRIOS DOUTRINÁRIOS, LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS***

***BRASÍLIA
2013***

RICARDO RODRIGUES FONSECA JUNIOR

***A QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL: UMA ANÁLISE À LUZ
DOS CRITÉRIOS DOUTRINÁRIOS, LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS***

*Pesquisa para elaboração de monografia
apresentado ao Centro Universitário de
Brasília – UniCeub como exigência parcial
para a aprovação conclusão de curso de
Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas
sob a orientação do Professor Júlio César
Lérias Ribeiro.*

**Brasília
2013**

Dedido este trabalho aos meus pais, minhas irmãs e à minha vó Esmeralda, que não mediram esforços para que eu me formasse.

Agradeço a Deus, por me dar saúde e disposição para trabalhar duro e conseguir concluir o presente trabalho.

O que fazer?
Quando não temos ação
Quando não temos vontade

O que fazer?
Quando não temos qualificação
Quando não temos capacidade

O que fazer?
Quando não temos razão
Quando não temos humildade

Não há o que fazer!
Quando não temos coração
Quando não temos felicidade

Ricardo Rodrigues

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1 – DANO MORAL – ASPÉCTOS DOUTRINÁRIOS | 10 |
| 1.1 – Responsabilidade Civil | 10 |
| 1.2 – Dano Moral | 16 |
| 1.3 – Pressupostos para a quantificação da indenização por dano moral | 23 |
| 2 – DANO MORAL – QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL | 28 |
| 2.1 – A inadequação de critérios tarifados para quantificação da indenização por dano moral | 28 |
| 2.2 – A adequação de critérios abertos na CF/88, CDC e CC/2002 para quantificação da indenização por dano moral | 32 |
| 3 - ANÁLISE DA APLICAÇÃO JUDICIAL DA QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL | 37 |
| 3.1 – A função compensatória da indenização por dano moral | 37 |
| 3.2 – A função punitiva da indenização por dano moral | 41 |
| 3.3 – A inadequação da proeminência da função compensatória em detrimento da função punitiva na indenização por dano moral | 46 |
| CONCLUSÃO | 50 |
| REFERÊNCIAS | 52 |

RESUMO

A presente monografia tem por escopo abordar a tarefa da quantificação da indenização por danos morais, demonstrando os pressupostos e critérios utilizados pelos juízes e as funções da indenização. Para tanto, foram descritas correntes doutrinárias acerca do dano moral e a sua indenização. O objetivo principal é demonstrar que a indenização por dano moral deve atender a critérios como a razoabilidade e proporcionalidade, consideração da capacidade econômica das partes, devendo também atender a uma dupla função, quais sejam, compensatória e punitiva, não devendo haver, principalmente, a proeminência da função compensatória em detrimento da função punitiva, haja vista o crescente número de demandas no judiciário envolvendo o tema dano moral, pois a função punitiva serve de exemplo para que os ofensores não cometam ou voltem a cometer outras lesões.

PALAVRAS CHAVES: Dano Moral – Indenização – Quantificação – Critérios – Funções.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a fixação do quantum indenizatório no dano moral. É de grande relevância tal tema, haja vista a crescente demanda judicial envolvendo pedidos de danos morais, fazendo com que o judiciário se torne ainda mais moroso. Serão tratados conceitos doutrinários sobre responsabilidade civil, dano moral, os critérios utilizados para a quantificação da indenização por dano moral e a função de tal indenização.

Há um grande problema envolvendo a indenização por danos morais, que é a etapa da fixação do quantum indenizatório. O judiciário vem adotando critérios como a razoabilidade e proporcionalidade, e dando à indenização uma dupla função, qual seja, compensatória e punitiva. Ocorre que tal função punitiva, muitas vezes não é adotada de forma mais rígida, a fim de servir como exemplo e refrear os anseios de outros causadores de danos.

A pesquisa propõe o seguinte problema central: é possível na interpretação do direito a adoção de critérios proeminentemente punitivos na quantificação da indenização por danos morais? A hipótese responde afirmativamente ao problema proposto.

A hipótese do presente trabalho consiste em avaliar a consideração dos critérios utilizados pelos juízes para fixar o valor da indenização no dano moral, bem como as funções da indenização, compensatória e punitiva, analisando, precipuamente a inadequação da proeminência da função compensatória em detrimento da função punitiva na indenização por dano moral, haja vista o expressivo aumento das demandas envolvendo indenização por dano moral.

No primeiro capítulo serão estabelecidos conceitos acerca do tema responsabilidade civil, que é o ponto de partida para que se tenha qualquer tipo de indenização. O tema dano moral será tratado com conceitos e posicionamentos doutrinários e após será feita a explanação sobre os pressupostos para a quantificação da indenização por dano moral, auxiliando, assim, na busca pela resposta ao problema, pois é preciso se estabelecer conceitos e analisar os pressupostos para que se tenha tal resposta.

No segundo capítulo será tratado, especificadamente, o tema da quantificação do dano moral, como os critérios mais adequados, o arbítrio judicial, dentre outros assuntos pertinentes ao tema. A importância de tratar-se desses assuntos se deve ao fato de que é

preciso analisar detalhadamente os critérios e o livre arbítrio judicial, pois é a partir daí que se tem a quantificação da indenização.

No terceiro capítulo serão apresentadas decisões acerca do tema dano moral, os critérios utilizados pelos julgadores para quantificar a indenização por danos morais. Serão apresentadas decisões sobre a função compensatória do dano moral e também decisões sobre função punitiva, abordando critérios e princípios utilizados pelos tribunais. É neste capítulo que será respondida diretamente a pergunta central do presente trabalho, sendo analisadas doutrinas e decisões judiciais para tal fim.

No presente trabalho utilizar-se-á a doutrina do direito civil e do direito do consumidor brasileiro contemporâneo.

O desenvolvimento apresentado instrumentaliza-se por pesquisas bibliográficas, valendo-se da visão dos autores citados, bem como, da jurisprudência sobre o tema. Quanto à metodologia, utiliza-se o método dedutivo, inferindo a conclusão ao final do trabalho.

1. DANO MORAL - ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

No presente capítulo serão abordados aspectos doutrinários sobre o tema dano moral. Serão estabelecidos conceitos acerca do tema responsabilidade civil, que é o ponto de partida para que se tenha qualquer tipo de indenização. O tema dano moral será tratado com conceitos e posicionamentos doutrinários e após será feita a explanação sobre os pressupostos para a quantificação da indenização por dano moral.

1.1 Responsabilidade Civil

O tema do dano moral insere-se no âmbito da responsabilidade civil. Daí necessita-se nesta pesquisa serem tecidas considerações a respeito desse tema.

De acordo com o artigo 927 do Código Civil de 2002¹, quem causa um dano a alguém, é obrigado a repará-lo. A partir desse fundamento posto é que se baseia a responsabilidade civil.

O conceito de responsabilidade civil está relacionado com a obrigação que uma pessoa tem de reparar um prejuízo moral ou patrimonial causado a outrem, derivado de uma ação ou omissão, independentemente de ser por dolo ou culpa. De acordo com Maria Helena Diniz:

(...) poder-se-á definir a responsabilidade civil com a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda (responsabilidade subjetiva), ou, ainda, de simples imposição legal (responsabilidade objetiva). Definição esta que guarda, em sua estrutura, a ideia da culpa quando se cogita da existência de ilícito e a do risco, ou seja, da responsabilidade sem culpa.²

Fábio Ulhoa Coelho, em outros termos, define a responsabilidade civil como o direito que tem aquele que foi lesado de exigir o pagamento de uma indenização por parte do causador do dano. O mesmo autor, a classifica como uma obrigação não negocial, já que esta

¹ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Artigo 927 - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

² DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 7 v., p. 34.

não deriva de negócio jurídico, ou seja, de manifestação de vontade das partes, mas sim, de um ato ilícito ou de um fato jurídico.³

Dos conceitos acima delineados extrai-se que a responsabilidade civil visa restabelecer o equilíbrio existente antes da consumação do dano, seja ele moral ou patrimonial, reparando o prejuízo dele decorrente por meio de uma indenização.⁴

Importante ressaltar os pressupostos da responsabilidade civil. De acordo com os artigos 186⁵, 187⁶ e 927⁷ do Código Civil de 2002, extrai-se que os pressupostos são: conduta humana, o dano, o nexo de causalidade e o ato ilícito.

A conduta humana, de acordo com Maria Helena Diniz, é conceituada como o ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado⁸.

Para Rui Stoco não há responsabilidade civil sem o elemento conduta. Veja-se:

não há responsabilidade civil sem determinado comportamento humano contrário à ordem jurídica. Ação e omissão constituem, por isso mesmo, tal como no crime, o primeiro momento da responsabilidade civil⁹.

Nos dizeres de Gagliano e Pamplona Filho, a culpa, enquanto conduta não é mais um pressuposto ou elemento fundamental da responsabilidade civil, veja-se:

A culpa, portanto, não é um elemento essencial, mas sim accidental, pelo que reiteramos nosso entendimento de que os elementos básicos ou pressupostos gerais da responsabilidade civil são apenas

³ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 266.

⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, 4 v., p. 1.

⁵ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Artigo 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

⁶ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Artigo 187 - Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

⁷ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, Artigo 927 - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, 7 v, p. 37.

⁹ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 131.

três: a conduta humana (positiva ou negativa), o dano ou prejuízo, e o nexo de causalidade¹⁰.

Não se pode afastar de completo o elemento conduta, porquanto seria desprezar a importância deste pressuposto. Segundo Caio Mário Pereira:

A abolição total do conceito da culpa vai dar num resultado anti-social e amoral, dispensando a distinção entre o lícito e o ilícito, ou desatendendo à qualificação da boa ou má conduta, uma vez que o dever de reparar tanto corre para aquele que procede na conformidade da lei, quanto para aquele outro que age ao seu arrepio¹¹.

Para Silvio Rodrigues, a conduta, que ele constitui como ação, enquanto um dos pressupostos para a responsabilidade civil, pode decorrer da infração de um dever legal, por exemplo, o disparo de arma em local proibido; contratual, como a venda de mercadoria defeituosa, no prazo da garantia; e social, como o abuso de direito.¹²

O dano, enquanto pressuposto, é um prejuízo, material ou moral sofrido por alguém. De acordo com Sílvio de Salvo Venosa, o dano consiste no prejuízo sofrido pelo agente, e esse dano pode ser individual ou coletivo, moral ou material, e sempre a noção de dano deve estar ligada à de prejuízo, pois nem sempre uma ação contra uma pessoa, mesmo decorrente de transgressão de uma norma, ocasiona dano.¹³

Para Fábio Ulhoa Coelho, o desatendimento desse pressuposto caracteriza hipótese de exclusão de responsabilização, mesmo que o ato demandado tenha sido ilícito ou sua atividade tenha exposto direitos do demandante a consideráveis riscos.¹⁴ Ou seja, se não houve dano, não há direito a ser reparado.

Conforme explica Sérgio Cavalieri:

O ato ilícito nunca será aquilo que os penalistas chamam de crime de mera conduta; será sempre um delito material, com resultado de dano. Sem dano pode haver responsabilidade penal, mas não há responsabilidade civil. Indenização sem dano importaria enriquecimento ilícito; enriquecimento sem causa para quem a recebesse e pena para quem a pagasse, porquanto o objetivo da

¹⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003. 3 v.

¹¹ PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, 5 v, p. 391.

¹² SILVIO, Rodrigues. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 1975, 2, 3 e 4 v., p. 20.

¹³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 33.

¹⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 398

indenização, sabemos todos, é reparar o prejuízo sofrido pela vítima, reintegrá-la ao estado em que se encontrava antes da prática do ato ilícito. E, se a vítima não sofreu nenhum prejuízo, a toda evidência, não haverá o que ressarcir. Daí a afirmação, comum a praticamente todos os autores, de que o dano é não somente o fato constitutivo mas, também, determinante do dever de indenizar¹⁵.

O dano pode ser tanto patrimonial, quanto extrapatrimonial. Para Flori Antonio Tasca, o dano patrimonial é considerado como uma diminuição, ofensa ou redução de um bem juridicamente tutelado e economicamente apreciável, pertencente à vítima. Ainda segundo o mesmo autor, o dano extrapatrimonial é a ofensa a bens jurídicos, não suscetíveis de apreciação econômica, inserido no âmbito dos direitos da personalidade¹⁶.

A relação de causalidade diz respeito ao vínculo existente entre o dano e a ação que o provocou. Maria Helena Diniz conceitua a relação de causalidade como:

O vínculo entre o prejuízo e a ação designa-se “nexo causal”, de modo que o fato lesivo deverá ser oriundo da ação, diretamente ou como sua consequência previsível. Tal nexos representa, portanto, uma relação necessária entre o evento danoso e a ação que o produziu, de tal sorte que esta é considerada como sua causa.¹⁷

É de suma importância ressaltar que existem excludentes da relação de causalidade. Para Silvio de Salvo Venosa, não haverá o nexos se o fato decorrer de culpa da vítima, fato de terceiro, caso fortuito ou força maior, e, no campo contratual, houver cláusula de não indenizar. Há ainda o estado de necessidade, legítima defesa e o exercício regular de direito.¹⁸

Quando há culpa exclusiva da vítima, fica claro que não há o dever de reparar, pois a culpa é da vítima e não do agente. Na culpa concorrente, quando a vítima e o agente dão causa ao dano, a responsabilidade é repartida, podendo as culpas serem iguais ou desiguais. Se houver desigualdade, e a culpa da vítima for menor, há o dever de indenizar.¹⁹

¹⁵ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010, p. 71.

¹⁶ TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial por abalo ao crédito**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000, pp. 49-69-70.

¹⁷ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 7 v., p. 96.

¹⁸ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., pp. 46-62.

¹⁹ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., pp. 46-48.

No fato de terceiro, a conduta que ocasiona o dano é praticada por terceiro, e isso isenta a responsabilidade do agente. Excluem-se dessa situação as pessoas que são ligadas ao agente, como filhos e empregados, onde os responsáveis são os pais e o patrão.²⁰

No caso fortuito, o dano decorre de força da natureza, e na força maior decorre de atos como guerras, revoluções, greves. Com isso, impossível seria prever ou resistir a tais fatos, afastando a responsabilização civil.²¹

O estado de necessidade é a situação em que o indivíduo na situação de ver atingido direito seu, atinge direito alheio. O ato é ilícito, mas a lei reconhece a excludente.²²

A legítima defesa constitui uma justificativa para uma conduta. O agente age para repelir uma agressão injusta contra si. Essa hipótese também decorre de lei, afastando assim a responsabilização.²³

No exercício regular do direito, não há o dever de indenizar possíveis danos, pois o agente está no cumprimento de um dever legal, ou seja, está atuando no exercício de um direito reconhecido pela lei.²⁴

A cláusula de não indenizar é uma cláusula limitativa de responsabilidade, pela qual uma das partes contratantes declara que não será responsabilizada por possíveis danos decorrentes do contrato, quando do inadimplemento total ou parcial. Essa cláusula altera o sistema de riscos do contrato.²⁵

O ato ilícito, segundo Assis Neto, é a ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, que viola o direito de alguém, causando-lhe prejuízo, quer na ordem material, como na moral, que obriga o agente à reparação do dano²⁶.

Na lição de Silvio Venosa, os atos ilícitos são os que advém direta ou indiretamente da vontade e ocasionam efeitos jurídicos contrários ao ordenamento. Na responsabilidade subjetiva, o ato ilícito está na imputabilidade da conduta do agente, e na

²⁰ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., pp. 56-58.

²¹ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., pp. 48-52.

²² VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 54.

²³ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 53.

²⁴ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 54.

²⁵ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 59.

²⁶ ASSIS NETO, S J. **Dano moral – Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Bestbook, 1998, p. 84.

responsabilidade objetiva, o elemento culpa é suprimido, mostrando-se o ato ilícito incompleto²⁷.

É de suma importância ressaltar que a responsabilidade civil está presente em vários campos do direito. Como exemplos, temos a responsabilidade civil no campo do direito do consumidor, no direito ambiental, profissional, nos transportes, dos bancos, na área criminal, do estado, etc.

Existem algumas diferenças e semelhanças quanto a esses campos. Para estabelecê-las, tratarei da responsabilidade civil no direito do consumidor, direito ambiental, do profissional liberal e do estado.

No direito do consumidor, de acordo com Silvio de Salvo Venosa, os danos aos consumidores, decorrentes do fornecimento de produtos ou serviços, devem ser reparados, e foi adotada a responsabilidade objetiva.²⁸ Nesse campo, o elemento culpa é descartável, sendo necessário apenas que haja um dano ao consumidor. Assim, o elemento subjetivo culpa, importa pouco no campo do direito do consumidor, haja vista que na maioria das vezes fica difícil se provar o nexo de causalidade, pois o consumidor é considerado como a parte fraca da relação.

No campo do direito ambiental, a responsabilidade também é objetiva, Mas é vista por um aspecto diferenciado. A responsabilidade ambiental é vista como fundamental, pois o fato danoso afeta a coletividade, levando em consideração que o direito ao meio ambiente preservado é de todos. Para Sérgio Ferraz:

A teoria objetiva na imputação da responsabilidade ao causador dos danos ao meio ambiente se concretiza porque: em termos de dano ecológico, não se pode pensar em outra adoção que não seja a do risco integral. Não se pode pensar em outra malha que não seja malha realmente bem apertada que possa, na primeira jogada da rede, colher todo e qualquer possível responsável pelo prejuízo ambiental. É importante que, pelo simples fato de ter havido omissão, já seja possível enredar agente administrativo e particulares, todos aqueles que de alguma maneira possam ser imputados ao prejuízo provocado para a coletividade.²⁹

²⁷ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 26

²⁸ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 206

²⁹ FERRAZ, Sérgio. **Responsabilidade civil por dano ecológico**. São Paulo: Revista de Direito Público, 2000, 49 v., p. 58

Os profissionais liberais são aqueles que exercem atividades mais complexas e relevantes, como por exemplo médicos e advogados. Para Fábio Ulhoa Coelho, os profissionais liberais respondem subjetivamente pelos danos que causam a seus clientes, pelo fato de desempenharem a atividade de forma não empresarial, e que por isso, não ocupam posição econômica que lhes permita socializar os custos da atividade.³⁰ O profissional liberal ao assumir um serviço, não garante um resultado positivo, mas ele está necessariamente obrigado a dedicar-se, ter atenção. Quando esse resultado não vem, sua responsabilidade será apurada verificando-se a culpa.

A responsabilidade civil do Estado é objetiva, quando se estabelecer uma relação entre este e o administrado. De acordo com Maria Helena Diniz, essa responsabilidade é baseada na teoria do risco, em razão de comportamentos danosos³¹. Essa teoria tem como base o dever de não prejudicar, pois o sujeito está tendo benefícios ou lucros decorrentes da atividade que desempenha. Voltando-se para a Administração Pública, esse benefício é revertido a toda coletividade, que nesse caso é quem suporta o ônus resultante do evento danoso.

1.2 Dano Moral

Cumpre, inicialmente, para se adentrar no tema “dano moral”, conceituá-lo. Para conceituar mais precisamente o dano moral, primeiro é necessário conceituar o que é a moral. Segundo preceitua S. J. de Assis Neto:

consiste na valoração ínsita no sentimento de cada ser humano enquanto indivíduo, abrange critério pessoais que fogem ao domínio exclusivo da razão. Tais critérios criam princípios como: O direito à vida, liberdade, intimidade, privacidade, honra, imagem e outros, que são os chamados ‘direitos da personalidade’³²

³⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 332.

³¹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 7 v., p. 544.

³² ASSIS NETO, S J. **Dano moral – Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Bestbook, 1998, p. 28-29.

A partir do conceito de moral, pode-se partir para o conceito de dano moral. O dano moral é a privação ou a diminuição de bens que tem um valor fundamental na vida do homem, como a paz, tranquilidade, integridade física, honra e demais sentimentos³³.

Para Wesley de Oliveira Louzada Bernardo³⁴, existem três correntes sobre o conceito de dano moral. A primeira compreende o dano moral como uma lesão a direitos da personalidade; a segunda entende o dano moral como os efeitos não patrimoniais da lesão, independente da natureza do direito atingido. A terceira, que é a adota pelo autor, diz que:

Surge, então, uma terceira corrente, mais moderna, que vê no dano moral a violação da cláusula geral de tutela da pessoa humana. Se não reconhece um direito subjetivo à dignidade humana, reconhece o princípio da dignidade da pessoa humana como o ápice do ordenamento jurídico proposto pelo legislador constituinte, devendo todas as manifestações contrárias a tal princípio serem repelidas, situando-se, aí, a indenização do dano moral, não como um fim em si mesmo, mas como um meio de proteção à dignidade humana³⁵.

Antonio Jeová Santos conceitua o dano moral, como o dano resultante da lesão de um interesse espiritual, que está relacionado com a intangibilidade da pessoa humana, e o que configura o dano é a alteração no bem-estar psicofísico do indivíduo³⁶

Na concepção de Assis Neto, o dano moral é a lesão ao patrimônio jurídico materialmente não apreciável de uma pessoa. É a violação do sentimento que rege os princípios morais tutelados pelo direito³⁷.

Maria Helena Diniz se posiciona da seguinte forma:

O dano moral, no sentido jurídico não é a dor, a angústia, ou qualquer outro sentimento negativo experimentado por uma pessoa, mas sim uma lesão que legitima a vítima e os interessados reclamarem uma indenização pecuniária, no sentido de atenuar, em parte, as consequências da lesão jurídica por eles sofridos³⁸. (Diniz, Maria Helena. Curso de Direito Civil, Editora Saraiva, SP, 1998, p. 82).

³³ CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 20.

³⁴ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

³⁵ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 77.

³⁶ SANTOS, Antonio Jeová da Silva. **Dano Moral Indenizável**. 3.ed. São Paulo: Método, 2001, p. 100.

³⁷ NETO, S J. **Dano moral – Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Bestbook, 1998, p. 36.

³⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 82

Importante fazer a observação que o dano moral está previsto na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, incisos V e X, veja-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Ressalta-se que o dano moral não é exclusivo à pessoa física, pode ser sofrido por pessoa jurídica também. É o que entende Venosa, que diz que a vítima pode ser tanto a pessoa física quanto jurídica, pois o dano moral é caracterizado pela dor e pelo sofrimento, mas de forma ampla, é um desconforto extraordinário do ofendido³⁹.

O Superior Tribunal de Justiça, cristalizou esse entendimento com o enunciado nº 227⁴⁰ da Súmula do STJ, que diz que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

A diferença entre o dano patrimonial e moral ou extrapatrimonial, pode ser configurada pelo fato de que no dano patrimonial existe um empobrecimento do que a pessoa possui e guarda. Já no dano moral, o ato agride sentimentos, altera o ânimo, causa tristeza, vergonha⁴¹. O dano patrimonial é o próprio prejuízo econômico, o moral, ou extrapatrimonial é o sofrimento psíquico, as dores, angústias e frustrações causadas ao ofendido⁴².

Após a edição da súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça, que prevê serem cumuláveis os danos morais e materiais decorrentes do mesmo fato, é possível que se cumule os pedidos, pois os dois são independentes, não se confundindo, podendo ocorrer as duas espécies do mesmo fato, ou apenas uma delas, qualquer que seja⁴³.

Venosa corrobora com o ideia de serem cumuláveis o dano material e o dano moral provenientes do mesmo fato. Ele dá o exemplo da perda de um filho menor, que além

³⁹ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v., p. 42.

⁴⁰ BRASIL – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Súmula nº 227: A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

⁴¹ SANTOS, Antonio Jeová da Silva. **Dano Moral Indenizável**. 3.ed. São Paulo: Método, 2001, p. 124

⁴² CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 19.

⁴³ NETO, S J. **Dano moral – Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Bestbook, 1998, pp. 110-112.

de poder ocasionar a supressão de uma força de trabalho no lar, representa uma perda moral de valor relevante⁴⁴.

Tomados os conceitos do dano moral, tem-se como necessário enfrentar os pressupostos que possibilitam avaliar a existência ou não do dano moral. Para Assis Neto, os pressupostos se constituem em: sujeitos, fato e ofensa ao bem jurídico. Sujeitos, pois não se pode decorrer de uma relação unilateral, é preciso que se tenham os sujeitos ativo e passivo. O fato é o evento danoso, a ação ou omissão, é a própria ofensa injustificada. A ofensa ao bem jurídico é o prejuízo moral, que transforma o simples cidadão e ofensor da moral de outrem⁴⁵.

Superados os pressupostos, têm-se os requisitos do dano moral indenizável. Para Antonio Jeová Santos⁴⁶, o dano poderá ser indenizável se for certo, atual e subsistente. Para o referido autor, dano certo significa que a lesão tem de ser real, pois não cabe indenização por simples ameaça de dano. Atual é o dano que existe ou que existiu. Já a subsistência é entendida como o dano que ainda não foi reparado, ou seja, se o dano que foi ressarcido, e já tiver feito desaparecer a lesão, não mais subsiste o dever de indenizar.

Após a conceituação e maior aprofundamento, é necessário entender que não é qualquer aborrecimento do dia a dia pode ensejar dano moral. Antonio Jeová Santos entende que:

Conquanto existam pessoas cuja suscetibilidade aflore na epiderme, não se pode considerar que qualquer mal-estar seja apto para afetar o âmago, causando dor espiritual. Quando alguém diz ter sofrido prejuízo espiritual, mas este é subsequente de uma sensibilidade exagerada ou de uma suscetibilidade extrema, não existe reparação. Para que exista *dano moral* é necessário que a ofensa tenha alguma grandeza e esteja revestida de certa importância e gravidade⁴⁷.

Portanto, do entendimento do autor, entende-se que um simples aborrecimento do dia a dia, não gera um dano moral. É preciso que o mal afete o íntimo da pessoa, para que o dano possa ser indenizável.

⁴⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 34.

⁴⁵ ASSIS NETO, S J. **Dano moral – Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Bestbook, 1998, pp. 77-79

⁴⁶ SANTOS, Antonio Jeová da Silva. **Dano Moral Indenizável**. 3.ed. São Paulo: Método, 2001, pp. 77-80.

⁴⁷ SANTOS, Antonio Jeová da Silva. **Dano Moral Indenizável**. 3.ed. São Paulo: Método, 2001, p. 119-120.

Existem algumas classificações acerca do dano moral, mas nenhuma que seja unânime. Tereza Ancona Lopes classifica o dano moral em duas espécies, o dano moral objetivo e o subjetivo. Segunda a autora:

Dano moral objetivo é aquele que atinge a dimensão moral da pessoa no meio social em que vive, envolvendo o de sua imagem. E o dano moral subjetivo, que se correlaciona com o mal sofrido pela pessoa em sua subjetividade, em sua intimidade psíquica, enfim, o sofrimento interior, como a morte de uma pessoa amada⁴⁸.

Miguel Reale também divide o dano moral nessas duas espécies, objetiva e subjetiva, veja-se:

Pode-se distinguir claramente entre o dano moral objetivo (aquele que atinge a dimensão moral da pessoa no meio social em que vive envolvendo o de sua imagem), e o dano moral subjetivo que se correlaciona com o dano moral sofrido pela pessoa em sua subjetividade, em sua intimidade psíquica sujeita a dor e sofrimentos intransferíveis porque ligados a valores de seu ser subjetivo, que o ato ilícito veio penosamente subverter, exigindo inequívoca reparação⁴⁹.

Maria Helena Diniz, ainda divide o dano moral em direto e indireto. Para ela, o dano moral direto é aquele que lesa um direito extrapatrimonial personalíssimo, como a vida, honra, imagem. Já os indiretos lesam um direito de satisfação de bens jurídicos patrimoniais, que deprecia um bem extrapatrimonial⁵⁰.

Já para Antônio Jeová Santos, o dano moral será direto, se a própria vítima for o autor da ação de indenização, e será indireta quando o autor não for a vítima, sendo um exemplo o caso de quando a vítima falece e a esposa ou filhos é quem pedem a indenização⁵¹.

Ainda segundo vários autores, há o dano por ricochete. Para Sérgio Severo, o dano por ricochete é aquele que tem por fato gerador a lesão ao interesse de uma terceira pessoa; é uma consequência do evento danoso⁵².

Já Caio Mário conceitua esse dano como reflexo, e expõe:

⁴⁸ LOPES, Teresa Ancona. **O dano estético: responsabilidade civil**, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 26.

⁴⁹ REALE, Miguel. **O dano moral no direito brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 23.

⁵⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 7 v., p. 111

⁵¹ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 80.

⁵² SEVERO, Sergio. **Os danos extrapatrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 22

Cumpra observar, contudo, que no dano em ricochete há duas vítimas e duas ações, posto que fundadas em um só fato danoso. É reparável o dano reflexo ou em ricochete, desde que seja certa a repercussão do dano principal, por atingir a pessoa que lhe sofra a repercussão, e esta seja devidamente comprovada⁵³.

Assim, segundo, Carlos Alberto Bittar, “os danos morais podem ser, puros ou diretos, e reflexos, ou indiretos, consoante se produzam ou se esgotem em um mesmo aspecto, ou decorram de anterior violação a outro”⁵⁴

Ponto fundamental a ser ressaltado no presente estudo é quanto a legitimidade para se buscar a indenização por danos morais.

Para Wesley de Oliveira Louzada Bernardo⁵⁵, a questão da legitimidade mostra-se de fácil compreensão quando quem busca a reparação é a própria vítima. Já no caso de pessoas incapazes, estas seriam legalmente representadas, pois o simples fato de não ter a capacidade de entender que sofreu um dano moral, não quer dizer que lhe seja restringido o direito à dignidade, constitucionalmente reconhecido. Para ele, até o nascituro, em que as consequências do dano são futuras, podem ser representados, para que se tomem medidas de conservação de seus direitos.

Ainda segundo o mesmo autor, quando há a morte do ofendido, a questão envolve ser transmissível ou não o direito. Ele admite ser transmissível a pretensão de indenização por dano moral, pois o dano foi causado em vida, e o direito a reparação transmite-se com a herança.

Já para Mirna Ciani⁵⁶, quando há a morte do ofendido, o direito de buscar a indenização não se transmite, pois não se pode compensar a quem não tenha sofrido, diretamente, a dor moral. Para ela, é possível que haja o dano indireto, como no caso da morte de um filho, em que os pais buscam a indenização pela dor causada em decorrência da morte do filho, mas não a dor moral sofrida pelo filho.

⁵³ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**, 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p. 44.

⁵⁴ BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 52-53.

⁵⁵ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, pp. 98-116.

⁵⁶ CIANI, Mirna. **O Valor da Reparação Moral**. São Paulo: Saraiva, 2003, p.23.

Diante de todas as abordagens, salienta-se que o dano moral se reveste de funções. Para Silvio de Salvo Venosa, o dano moral tem função de dissuasão, haja vista produzir efeitos no lesante, ou seja, há a mudança no comportamento ofensivo para que não pratique novos atos que possam lesar⁵⁷.

No mesmo sentido, Rui Stoco, mas com o acréscimo da compensação da vítima:

Segundo nosso entendimento a indenização da dor moral, sem descurar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas⁵⁸.

Já Fabio Ulhoa Coelho⁵⁹ sustenta que o dano moral tem função exclusivamente compensatória, pois o que se busca é compensar os danos morais da vítima, quando verificado. Ele adverte que os juízes devem ter muita cautela ao decidir pelo cabimento da indenização, para que não sejam enganados pela simulação.

Dessa forma, cumpre destacar qual é a forma de reparação do dano. Segundo Yussef Cahali, o dano moral pode ser reparado por uma quantia em dinheiro, mas também pode haver outras formas, secundárias, como a retratação e a retificação⁶⁰.

Já Maria Helena Diniz preconiza que, em regra, a reparação do dano é pecuniária, pois, como não é possível o direito de vingança, o que se busca é a possibilidade do ofendido ter um prazer material que amenize ou atenuar o dano sofrido⁶¹.

Feitas considerações acerca do dano moral como o conceito, classificações, função, legitimidade, necessário passar ao estudo dos pressupostos para que haja a quantificação do dano moral, em um valor pecuniário.

⁵⁷ VENOSA, Silvio de Salvo. **Coleção de Direito Civil. V. IV**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 283.

⁵⁸ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**, 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 1709.

⁵⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 430-431.

⁶⁰ CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 704.

⁶¹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 7. v., p. 95.

1.3 Pressupostos para quantificação do dano moral

A observância pressupostos para a quantificação do dano moral é de suma importância. Segundo Antônio Jeová Santos⁶² os pressupostos são: o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e a duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do ofensor e do ofendido, e as condições pessoais do ofendido.

Na conduta reprovável, para A. J. Santos, o comportamento do ofensor deve ser levado em consideração para que a indenização tenha caráter de sanção exemplar, pois o ressarcimento tem função satisfatória e punitiva. É preciso que se evidencie o grau de reprovabilidade, a reincidência, para que se dê ênfase ao valor do dano.

Na intensidade e duração do sofrimento, o que se verifica é a magnitude da lesão, ou seja, uma lesão que pode ser sanada facilmente não será considerada com a mesma intensidade que a morte de um filho, por exemplo. Veja o que preceitua o autor:

Neste critério em que se observa a magnitude da lesão, serão levados em conta os sofrimentos psíquicos e afetivos padecidos pela vítima. A dor, termo que deve ser compreendido como o medo, emoção, trauma, angústia, vergonha, pena física ou moral, por exemplo, também será tomada em consideração. Se um homem, casado e de idade avançada tem, em consequência de acidente de automóvel, o rosto deformado por uma cicatriz, terá abalo psíquico. Esse trauma terá mais grandeza, se considerada a vítima como sendo uma modelo ou atriz de 20 anos de idade e solteira. A deformidade à estética fácil, por certo, trará excessivos sofrimentos psíquicos à jovem modelo. Assim, a indenização deve ser maior nesta última hipótese. Hão de ser ponderados, essencialmente, os sofrimentos de quem padece a lesão moral⁶³.

O critério da capacidade econômica do causador do dano há de ser levado em conta, pois não adiantará que a indenização tenha um valor muito alto e o ofensor não puder ou não tenha bens e condições para garantir a execução. Por outro lado, se a condição financeira do ofensor for de grande vulto, este deverá arcar com uma indenização de valor mais elevado. Para o referido autor, a condição econômica da vítima também deverá ser considerada, para que o juiz tenha uma dimensão do valor da indenização que será possível compensar o prejuízo sofrido pelo ofendido.

⁶² SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

⁶³ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 210.

As condições pessoais da vítima correspondem à idade, estado civil, sexo, atividade social, local em que vive, os vínculos familiares e outras circunstâncias de natureza objetiva e subjetiva. Veja-se:

As circunstâncias do caso concreto, em conjunto com outros fatores, poderão definir a maneira com se encontrará o total da indenização. Alguém que tenha vida social intensa e que se apresente em público constantemente, como é o caso dos artistas, por certo que uma cicatriz no rosto terá mais relevância do ponto de vista jurídico e do direito de danos, na esfera moral, do que a de outrem que não têm essa atividade como fim último de vida⁶⁴.

De acordo com Fabio Ulhoa Coelho, a quantificação do valor da indenização do dano moral é ponto de fundamental importância, sendo tratada como o tema de mais difícil análise, veja-se :

A quantificação dos danos morais é a questão mais difícil das que suscita a matéria. Como fixar, em reais, o valor que compense a dor extremada que o credor sentiu? De início, convém assentar que não há critério de mensuração objetivo. A dor não se mede por variáveis controladas quantitativamente. Desse modo, embora fosse desejável eliminar as diferenças entre os valores das condenações em casos semelhantes, estas têm sido significativas⁶⁵.

Ainda segundo Fábio Ulhoa, o padrão geral é o da intensidade da dor, pois quanto maior o pesar experimentado pelo ofendido, maior o valor da indenização, e depois de fixado o valor dos danos morais, cabe ao juiz verificar os fatores de redução, sempre subjetivos, ou seja, levando-se em consideração as peculiaridades dos sujeitos envolvidos.

Os fatores de redução são: o reduzido grau de culpa do devedor, pois a lei brasileira preceitua que é possível que se reduza o valor indenizatório se há desproporção entre o dano e o grau de culpa do devedor; a concorrência da culpa da vítima, onde o valor da indenização deve ser proporcional à participação dela; demora no ajuizamento da ação, pois a dor se atenua com o tempo; pouca sensibilidade da vítima, como por exemplo quando a vítima já possui vários títulos protestados, a dor de se ter mais um é menor que a de um trabalhador que sempre adimpliu com suas obrigações e se vê com um título protestado indevidamente; atuação do devedor, no sentido do responsável pelo evento danoso diminuir o

⁶⁴ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 212.

⁶⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 442.

constrangimento ou sofrimento da vítima; ser devedor o Estado, tendo em vista que é a sociedade que realmente arca com o pagamento⁶⁶.

Para Flori Antônio Tasca⁶⁷, os pressupostos que devem ser observados são: a gravidade objetiva do dano, as condições pessoais das partes, a personalidade das partes, a intensidade da culpa, a posição social das partes e a condição econômica das partes.

A gravidade objetiva do dano é a gravidade da ofensa ao bem imaterial atingido, as circunstâncias objetivas do caso, por exemplo, o tempo que durou para desaparecer os efeitos da lesão, as sequelas causadas, local e momento histórico em que ocorreram.

As condições pessoais das partes são a personalidade dos envolvidos no dano, condições familiares e socioeconômicas. Neste aspecto, consideram-se as características subjetivas das ofensas ao patrimônio ideal das pessoas.

A personalidade das partes é vista pelo autor da seguinte forma:

Ainda no que toca à vítima, é necessário perscrutar sobre sua sensibilidade para os mais diversos aspectos imateriais de seu ser, sensibilidade que pode variar de acordo com sua constituição fisiológica ou psíquica, ou até mesmo de acordo com a profissão que desenvolve. Já a personalidade do autor do dano extrapatrimonial exerce menor importância na fixação do montante reparatório, mas mesmo assim deve ser levada em consideração pelo Juiz, porque pode trazer elementos úteis à correta apreciação do caso, máxime considerando o caráter punitivo que, ao lado da compensação ou satisfação da vítima, deve nortear a fixação do quantum⁶⁸.

A intensidade da culpa é um critério capaz de influenciar um juízo de equidade. Ele valoriza o elemento da vontade do autor da ofensa, se foi causado intencionalmente, com livre e consciente vontade de causar o dano.

A posição social das partes, são de grande valia para a fixação do valor da indenização, principalmente se for considerada a reputação dos envolvidos na comunidade, e, neste ponto, principalmente a vítima.

⁶⁶ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 443.

⁶⁷ TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial por abalo ao crédito**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

⁶⁸ TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial por abalo ao crédito**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000, pp. 216-217.

Na condição econômica das partes, quando o ofensor tiver boa condição econômica, é de ser levado em consideração o caráter punitivo da reparação, fixando um valor correspondente à sua capacidade econômica.

Para Wesley de Oliveira Louzada Bernardo⁶⁹, o arbitramento judicial segue uma série de fatores para a fixação da indenização. A extensão do dano, o grau de culpa, a penalização do agente, a situação econômica das partes, a razoabilidade e a proporcionalidade. Como já foram tecidas considerações acerca de vários critérios, cumpre falar da razoabilidade e proporcionalidade citados pelo autor.

Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, segundo o autor, faz com que a discricionariedade tenha alguns limites e condições, para que não se transformem em arbitrariedade. É um parâmetro para a justiça. O princípio da razoabilidade sofre críticas por parte do autor, veja-se:

Entretanto, de uma análise mais detalhada, vê-se que a razoabilidade é utilizada, no mais das vezes, como mera desculpa, como a “lógica do mais ou menos certo”, já que os julgados que se utilizam do mesmo princípio apresentam, por vezes, resultados em muito destoantes⁷⁰.

Para o citado autor, a razoabilidade e proporcionalidade servem como excludentes de responsabilidade dos magistrados, não sendo, pois, verificados nas sentenças. Para ele, esses princípios deveriam ser os norteadores dos julgamentos envolvendo dano moral. Preceitua o autor:

Desta forma, entendemos que razoabilidade e proporcionalidade deverão nortear todos os julgamentos envolvendo dano moral. E, diga-se de passagem, não somente no que tange à segunda fase, ou seja, na apuração do *quantum debeatur*, mas também na apuração do *na debeatur*, exercendo um duplo efeito: servir, de um lado, de instrumento hábil a possibilitar ao magistrado a verificação da existência do dano e, mantendo o mesmo critério, na fixação do valor reparatório; e, por outro lado, possibilitar às partes a verificação da razoabilidade não somente do *quantum*, mas também das razões expendidas para a obtenção de tal valor⁷¹.

⁶⁹ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

⁷⁰ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, pp. 186-187.

⁷¹ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 192.

Há uma preocupação, no que diz respeito à possibilidade das pessoas agirem com desonestidade, e se verem demasiadamente indenizados. Para evitar essa fixação em que se vê desonestidade do pedido é preciso contar com o bom senso dos juízes, que deverão rejeitar esses pedidos demasiados e arbitrar com moderação o montante da reparação.

A propósito, é o que leciona Caio Mário da Silva Pereira:

A vítima de uma lesão a algum daqueles direitos sem cunho patrimonial efetivo, mas ofendida em um bem jurídico quem em certos casos pode ser mesmo mais valioso do que os integrantes de seu patrimônio, deve receber uma soma que lhe compense a dor ou o sofrimento, a ser arbitrada pelo juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva⁷².

Os Juízes devem sempre se valer de que os direitos e deveres legais foram todos criados pela comunidade, expressando uma concepção coerente de justiça e equidade. Ronald Dworkin⁷³ diz que o direito é visto como verdade, quando oferece a melhor interpretação construtiva da prática jurídica da comunidade, e para isso deve obedecer os princípios de justiça, equidade e devido processo legal. Saber se uma pessoa vai ser indenizada pelos prejuízos sofridos, é, pelo menos “*a priori*”, supor que a comunidade criadora do direito, recepcionou esse princípio de que as pessoas tem o direito a serem indenizadas.

Humberto Theodoro Júnior diz que como não é possível medir a personalidade da pessoa ofendida, o juiz tem que se valer do bom senso e da equidade para fixar o *quantum*. Veja-se:

Por se tratar de arbitramento fundado exclusivamente no bom senso e na equidade, ninguém além do próprio juiz está credenciado a realizar a operação de fixação do *quantum* com que se reparará a dor moral⁷⁴.

Wesley Louzada Bernardo preceitua que o juiz é o mais capacitado para a fixação, é ele quem tem contato com as partes, determina provas a serem produzidas, mas, para isso, é preciso que haja reconhecido encontrarem-se presentes os pressupostos para a fixação do *quantum* indenizatório⁷⁵.

⁷² PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 67.

⁷³ DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**; Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁷⁴ THEODORO JUNIOR, Humberto. **Dano moral**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000, p. 34.

⁷⁵ BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, pp. 162-163.

2 – DANO MORAL – QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

Neste tópico do presente trabalho, será tratado, especificadamente, o tema da quantificação do dano moral, como os critérios mais adequados, o arbítrio judicial, dentre outros assuntos pertinentes ao tema.

2.1 A inadequação de critérios tarifados para quantificação da indenização por dano moral

Hoje, no Brasil, ainda se discute sobre a possível tarifação do dano moral. Estuda-se a possibilidade de se estabelecer valores mínimos e máximos em leis, ou se deve ficar a cargo do juiz para apreciar livremente, pois é ele quem analisa o caso concreto, atentando-se às suas particularidades.

Um exemplo de lei que estabelece limites à indenização é a Lei n. 5.250/1967 – denominada Lei de Imprensa. O artigo 51⁷⁶ da referida lei estabelece limites à indenização dos jornalistas profissionais que concorrem para o dano.

Ocorre que a Súmula nº. 281 do Superior Tribunal de Justiça estabelece que “A indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa”. Essa súmula veio a pacificar o entendimento de que a Constituição Federal não recepcionou a responsabilidade tarifada.

Em voto do ex- Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, ele expõe que:

O meu pensamento é no sentido contrário à existência dessa limitação da lei de imprensa. E é contrário por um fundamento, que, a meu juízo, parece simples: antes da vigência da Constituição de 1988, não havia, no patamar constitucional, o princípio da proporcionalidade no que concerne à resposta a uma determinada ofensa que alcançasse, virulentamente, a honra, a dignidade ou a intimidade da pessoa. Com a Constituição de 1988, que inovou neste particular, não apenas por inserir o princípio da proporcionalidade com relação à ofensa, mas, também, por elevar ao patamar constitucional o dano moral que, antigamente, não existia. Ora, a meu ver, com todo maior respeito aos que examinam a matéria, sem essa perspectiva, admitir a existência da limitação tarifada corresponderia a

⁷⁶ BRASIL. Lei nº 5.250/1967. Artigo 51 - A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia.

aceitarmos ou admitirmos a existência de uma interpretação da Constituição, conforme a lei ordinária que lhe é anterior⁷⁷.

O Ministro Eduardo Ribeiro, proferiu voto no mesmo acórdão, seguindo o entendimento de que a Constituição não recepcionou a tarifação prevista na Lei de Imprensa. Veja-se:

Prevêem os itens V e X, do artigo 5º da Constituição, indenização por dano material e moral. Parece-me indubitável que, ao assim disporem, não admitiram pudesse a lei estabelecer que o ressarcimento fosse apenas parcial. Indeniza-se o dano: todo ele, há de entender-se. Só cláusula restritiva, no próprio texto, ou a remessa à disciplina da lei ordinária propiciariam ter-se como bastante reparação tão-só de parcela do dano.

Ora, a limitação envolve sempre a possibilidade de que haja dano não indenizado. Certo que, tratando-se de dano moral, aferir-se a respectiva extensão envolve certo subjetivismo. Sua quantificação constitui tema sempre aberto a discussões. De qualquer sorte, entretanto, se, em dada hipótese, entende-se que há de alcançar determinado montante, pena de a reparação ser insuficiente, atender-se a tarifamento importará não fazer integral o ressarcimento⁷⁸.

Outro exemplo de tarifação do dano moral é a Convenção de Varsóvia, que estabelece limites para indenizações por atrasos, extravio e perda de bagagens e mercadorias. O artigo 22 estabelece que:

Art. 22 –

1 - No transporte de pessoas a responsabilidade da entidade transportadora relativa a cada passageiro é limitada à quantia de duzentos e cinquenta mil francos. No caso em que, segundo a lei do tribunal que se ocupa do assunto, a indemnização pode ser fixada em forma de pagamentos periódicos, o capital desses pagamentos não pode ultrapassar esse limite. Contudo, por acordo especial com a entidade transportadora, o passageiro poderá fixar um limite de responsabilidade mais elevado.

2.

a) No transporte de bagagens registadas, a responsabilidade da entidade transportadora não poderá exceder duzentos e cinquenta francos por quilo, salvo se houver declaração especial do valor, feita pelo expedidor no momento da entrega do volume à entidade transportadora e mediante o pagamento de uma taxa suplementar, caso seja necessário. Neste caso a entidade transportadora será obrigada a pagar até ao montante da soma declarada, a menos que se prove que esta é superior ao valor real no momento da entrega;

⁷⁷ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp nº 103.307-SP – 3ª Turma, Relator Ministro Waldemar Svezter, DJ 20/10/1997 p. 53053.

⁷⁸ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp nº 103.307-SP – 3ª Turma, Relator Ministro Waldemar Svezter, DJ 20/10/1997 p. 53053..

Ocorre que, o Código de Defesa do Consumidor é posterior à Convenção, e nele não se tem a tarifação. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido da seguinte forma:

Após o advento do Código de Defesa do Consumidor, não mais prevalece, para efeito indenizatório, a tarifação prevista tanto na Convenção de Varsóvia, quanto no Código Brasileiro de Aeronáutica, segundo o entendimento pacificado no âmbito da 2ª Seção do STJ. Precedentes do STJ.⁷⁹

RESPONSABILIDADE CIVIL. Transporte aéreo. Extravio da bagagem. Dano material. Dano moral. A indenização pelos danos material e moral decorrentes do extravio de bagagem em viagem aérea doméstica não está limitada à tarifa prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica, revogado, nessa parte, pelo Código de Defesa do Consumidor. Recurso conhecido e provido.⁸⁰

Com o advento do Código de Defesa do Consumidor, a indenização por extravio de mercadoria não está sob o regime tarifado, subordinando-se ao princípio da ampla reparação, configurada a relação de consumo.⁸¹

Dessa forma, se existir lei contrária ao CDC no que tange à indenização tarifada, essa lei não será recepcionada, haja vista se tratar de lei de origem constitucional, que possui um grande valor de ordem econômica e social.

Alguns doutrinadores defendem a tarifação do dano moral, como Tupinambá Miguel Castro do Nascimento Humberto citado na obra de Theodoro Júnior⁸². Para ele, uma forma de se evitar os cálculos arbitrários seria adotar a analogia, prevista no artigo 4º do Decreto-Lei nº. 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro⁸³. Se o Código de Defesa do Consumidor não cuidou de fixar nenhum critério, o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962), poderia ser adotado por analogia, pois contém limites tarifados, organizados em salários mínimos.

Ignácio Botelho de Mesquita⁸⁴ também defende a tarifação legal, haja vista se tratar de uma pena civil, ficando sujeita ao que se encontra expresso no artigo 5º, XXXIX, da Constituição Federal: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia

⁷⁹ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – REsp. nº 740.968/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2007, DJ 12/11/2007 p. 221

⁸⁰ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – REsp 156.240/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 23/11/2000, DJ 12/02/2001 p. 118

⁸¹ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – REsp 209.527-RJ, Rel. Min. MENEZES DIREITO, 3ª TURMA, DJ 05/03/01

⁸² THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Responsabilidade civil – danos morais e patrimoniais – acidente no trabalho – ato de preposto**. ST nº 84 - JUN/96, p.7.

⁸³ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657/1942 – Art. 4º- Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

⁸⁴ MESQUITA, José Ignácio Botelho de. **Dano moral na Lei de Imprensa**. RJ nº 251 – SET/98, p. 149.

cominação legal”. Para ele, diante dessa premissa, não caberia ao juiz, mas ao legislador estabelecer a sanção, pois em se tratando de pena, esta não pode ser estabelecida *ad hoc*, depois do evento danoso.

Tramitam no Congresso Nacional alguns projetos de Lei que visam estabelecer limites objetivos ao valor da indenização. O Projeto de Lei nº. 150/1999, que tramitou no Senado, pretendeu estabelecer limites para evitar a fixação em valores astronômicos nas indenizações por danos morais. No mesmo sentido o Projeto de Lei da Câmara nº. 7.124/2002. O PL 150/1999 foi arquivado em 2007, e o PL 7.124/2002 foi declarado inconstitucional em 2008, entendendo a Comissão de Constituição e Justiça que a fixação da indenização deve ser de apreciação do juiz, não sendo correto estabelecer valores antes de acontecer a lesão.

Aguiar Dias⁸⁵, por sua vez, defende a impossibilidade de se tarifar os danos morais, para ele, “a condição de impossibilidade matemática exata da avaliação só pode ser tomada em benefício da vítima e não em seu prejuízo”. E ainda acrescenta, veja-se:

Não é razão suficiente para não indenizar e, assim, beneficiar o responsável, o fato de não ser possível estabelecer equivalente exato, porque, em matéria de dano moral, o arbítrio é até da essência das coisas.

O Superior Tribunal de Justiça vem seguindo a orientação de que “deve o juiz orientar-se pelos critérios recomendados pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade e equidade, atento à realidade e às peculiaridades de cada caso concreto (...)”.⁸⁶

Segundo Cahali, de um juiz presume-se o bom senso, que seja experiente, que tenha habilidade para desprender-se da dificuldade de se fixar o dano moral, de reconhecer na dor a existência de um dano moral.⁸⁷

Dessa forma, a tarificação dos danos morais não pode ter espaço no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista ser contrária à Constituição. Concluindo, veja-se o posicionamento de Sérgio Cavalieri:

⁸⁵ DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. 2 v. p. 109.

⁸⁶ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – REsp nº 137.482-DF – 3ª Turma, Ministro Waldemar Zveiter, DJ 14/09/1998, p. 55.

⁸⁷ CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 2a. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998, p. 173.

Após a Constituição de 1988 não há mais nenhum valor prefixado, nenhuma tabela a ser observada pelo juiz na tarefa de fixar o valor da indenização pelo dano moral, embora deva seguir, em face do caso concreto, a trilha do bom senso, da moderação e da prudência, tendo sempre em mente que se, por um lado a indenização deve ser a mais completa possível, por outro, não pode tornar-se de lucro indevido.⁸⁸

2.2 – A adequação de critérios abertos na CF/88, CDC e CC/2002 para quantificação da indenização por dano moral.

O Dano Moral está previsto na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, incisos V e X, veja-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Dessa forma, o dano não patrimonial, que gerava muitas dúvidas na doutrina e na jurisprudência, ganhou força constitucional, e veio a colocar um entendimento sobre o assunto reparação do dano moral⁸⁹.

De acordo com Cahali, o dano moral já estava latente na sistemática legal brasileira, como no Código Civil de 1916, sendo que a Constituição Federal de 1988 apenas elevou a condição de uma garantia individual de reparabilidade do dano moral⁹⁰.

Clayton Reis entende que a CF/88 abriu as portas ao entendimento do dano moral, pois através do embasamento constitucional, os tribunais passaram a atender os anseios da sociedade, pois antes as demandas eram reprimidas pelo desconhecimento do assunto⁹¹.

Em sua obra sobre a visão constitucional do dano moral, Cavalieri Filho expõe:

⁸⁸ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 99.

⁸⁹ TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial por abalo ao crédito**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000, pp. 96-97.

⁹⁰ CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 53.

⁹¹ REIS, C. **Avaliação do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 195.

Caducou tudo o que se pensava ou se disse antes. Todos os conceitos tradicionais de dano moral devem ser revistos.

Por serem de hierarquia superior, as normas constitucionais não podem ser nem limitadas nem interpretadas pela legislação ordinária, cabendo, pois, sua aplicação direta.

Isso é particularmente verdadeiro para o dano moral, que supõe ofensa ao princípio cardeal da Constituição, que é a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III).

Daí decorre que perderam a eficácia todas as normas que estabeleciam limites de indenização para o dano moral, como as previstas na Lei de Imprensa e na Convenção de Varsóvia.⁹²

Cabe ressaltar que a Constituição anterior não dispunha de maneira clara a possibilidade de indenização por dano moral. Essa previsão expressa também sofreu algumas críticas por parte de constitucionalistas que entendem que na Constituição deve conter apenas normas de organização do Estado, cabendo às normas infraconstitucionais regular as relações entre os cidadãos⁹³.

O dano moral é uma decorrência da dignidade da pessoa humana, prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, III⁹⁴, como um de seus fundamentos⁹⁵.

Fazendo uma análise do artigo 5º, V, da CF/88, extrai-se que o abuso da manifestação de pensamento dá ao ofendido o direito à resposta, além da reparação material e extrapatrimonial se houver tido algum dano⁹⁶.

O inciso X do artigo 5º da CF/88, também cuida de direitos ligados à personalidade. Para Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra, o inciso X, dispõe tanto sobre o direito à intimidade, como o da vida privada. Para os referidos autores, “o indivíduo pode escolher ter ou não a intromissão de estranhos em sua vida privada e familiar, e pode impedir o acesso à informações sobre sua privacidade⁹⁷”.

⁹² CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Visão Constitucional do dano moral**. Rio de Janeiro: Cidadania e Justiça, 1999, p.206.

⁹³ TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial por abalo ao crédito**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000, p. 98.

⁹⁴ BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: ...*omissis*... III – a dignidade da pessoa humana”.

⁹⁵ MATIELO, Fabrício Zamproga. **DANO MORAL. DANO MATERIAL e REPARAÇÃO**. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1995, p. 65.

⁹⁶ VARGAS, Glaci de Oliveira Pinto. **Reparação do Dano Moral. Controvérsias e Perspectivas**. Porto Alegre, Síntese, 1996, p. 26.

⁹⁷ BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**, São Paulo: Saraiva, 1989, 2 v., p. 63.

Tecidas as considerações acerca da previsão do dano moral na Constituição Federal de 1988, é possível se adentrar na previsão do dano moral em outras legislações, como Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Para se adentrar no presente tópico, necessário se faz comentar sobre o Código Civil de 1916. Alguns artigos do antigo Código Civil fazia menção ao dano moral, como por exemplo, o artigo 1.538⁹⁸, que previa a lesão corporal que resultava aleijamento ou deformidade, ou quando atinge mulher solteira ou viúva ainda capaz de casar; artigo 1.547⁹⁹, que previa a calúnia, difamação e injúria; artigo 1.550¹⁰⁰, que trata da liberdade pessoal. No artigo 159, que tratava da reparabilidade do dano, não era previsto o dano moral, sendo a previsto o seguinte: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imperícia, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.

No atual Código Civil, a previsão do dano moral se encontra no artigo 186, que expressa: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Em combinação com o artigo 927¹⁰¹, também do Código Civil, tem-se a obrigatoriedade da reparação do dano moral.

De acordo com Silvio Venosa, as antigas dúvidas e objeções sobre o a aplicação dano moral desapareceram com o novo Código Civil, o que ficou foi a dúvida quanto o valor da reparação, mas isto não pode ser um impedimento à indenização¹⁰².

Esse artigo 186 estabelece o conceito de ato ilícito, traz o elementos essenciais ao ato ilícito, que são a conduta humana, o dano, o nexo de causalidade e o ato ilícito.

⁹⁸BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Artigo 1.538 - No caso de ferimento ou outra ofensa à saúde, indenizará o ofensor ao ofendido as despesas do tratamento e os lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de lhe pagar a importância da multa no grau médio da pena criminal correspondente.

§ 1º Esta soma será duplicada, se do ferimento resultar aleijão ou deformidade.

§ 2º Se o ofendido, aleijão ou deformado, for mulher solteira ou viúva ainda capaz de casar, a indenização consistirá em dota-la, segundo as posses do ofensor, as circunstâncias do ofendido e a gravidade do defeito.

⁹⁹BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Artigo 1547 - A indenização por injúria ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

¹⁰⁰BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Artigo 1.550 - A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido, e no de uma soma calculada nos termos do parágrafo único do art. 1.547.

¹⁰¹BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Artigo 927 - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

¹⁰²VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

O dano moral se dá em decorrência de lesões aos direitos da personalidade, tratados nos artigos 11¹⁰³ e 12¹⁰⁴ do Código Civil, e por isso não pode receber um preço, tendo em vista que esses direitos não são mensuráveis economicamente. O que se estabelece quando da reparação do dano moral é um meio de atenuação ao sofrimento da vítima¹⁰⁵. Dessa forma, como não estão previstos critérios fixos para a reparação, fica a cargo dos magistrados arbitrar o valor, levando em consideração os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, e critérios como a punição do agente, compensação da vítima e não locupletamento.

O artigo 944 do Código Civil de 2002 expressa que “A indenização mede-se pela extensão do dano”. Esse artigo prevê que para que se tenha a correta indenização, deve se levar em conta a gravidade da lesão sofrida. Esse é o princípio da reparação integral, que estabelece que o lesado deve ser restabelecido em situação equivalente a que tinha antes de sofrer o dano. Ocorre que quando se trata de dano moral, é de difícil compreensão a possibilidade de o lesado retornar ao estado anterior à lesão, haja vista se tratar de um dano extrapatrimonial, de um direito íntimo da pessoa.

Merece ser criticado o referido artigo 944, vez que trata igualmente quem age com dolo com quem age com culpa. O dano moral não pode ser reparado por decorrência desse artigo, pois a reparação do dano apenas serviria para que se voltasse ao estado anterior, não sendo uma medida justa tratar quem quis o dano com quem o causou sem o dolo, sem a vontade de causar o dano. Dessa forma, além da reparação do dano sofrido, deve haver uma penalização do agente.

Com esse entendimento preleciona Ihering¹⁰⁶, tendo como exemplo uma ofensa a um bem material, mas que pode se estender ao dano moral, orienta que não se poderia soltar um ladrão se ele furtar um bem e depois devolvesse a coisa furtada, pois o furto é contra a vítima, mas também é contra a Lei do Estado, contra a ordem jurídica, contra a moralidade, também não se pode permitir que um mandatário que abusa da confiança nele depositada, para se enriquecer, apenas restitua os prejuízos do mandante.

¹⁰³ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Artigo 11 - Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

¹⁰⁴ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Artigo 12 - Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

¹⁰⁵ NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**, São Paulo: Saraiva, 1 v., 2003.

¹⁰⁶ IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**, São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 80.

Esse raciocínio deve ser levado em consideração também ao dano moral. É preciso que haja, além da restituição ao estado anterior do lesado, uma penalização do agente causador do dano, haja vista o patrimônio das pessoas não são apenas bens materiais, e de acordo com Cavalieri¹⁰⁷, o dano moral afeta os direitos da personalidade, como a honra, saúde, integridade psicológica, intimidade, imagem, bom nome, etc.

Quanto à previsão do dano moral no Código de Defesa do Consumidor, o artigo 6º, VI estabelece:

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

O Código de Defesa do Consumidor–CDC diferencia-se do Código Civil, principalmente no que diz respeito à culpa. O CDC estabelece que a indenização se dará, independentemente da existência de culpa, ou seja, não se precisará provar a culpa, pois a responsabilidade é objetiva. Este foi um grande avanço, pois é uma proteção ao consumidor, que é a parte frágil da relação consumerista.

No CDC também não foram estabelecidos critérios fixos ou tarifas para o ressarcimento do dano moral, haja vista que a efetiva reparação decorre, também, do princípio da reparação integral, tratado neste capítulo.

Dessa forma, os critérios abertos, aqui tratados, protegem o direito da efetiva reparação e da reparação integral, pois deixam a cargo dos magistrados o poder de quantificar o dano moral, a fim de que seja lavado em consideração o caso concreto, haja vista que estabelecer critérios fixos, pressupõem que os casos são idênticos, o que não ocorre. Para Dworkin, é preciso que os Juízes tenham coerência nos princípios da justiça, equidade, devido processo legal, julgando a situação de cada pessoa justa e equitativamente segundo as mesmas normas.¹⁰⁸

¹⁰⁷ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 74-75

¹⁰⁸ DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**; tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo:- Martins Fontes, 1999, p. 291.

3 - ANÁLISE DA APLICAÇÃO JUDICIAL DA QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

A doutrina e a jurisprudência brasileira tem se mostrado bastante controversa sobre a função dos danos morais, se compensatória ou punitiva e pedagógica. Neste capítulo serão apresentadas decisões acerca do tema dano moral, os critérios utilizados pelos julgadores para quantificar a indenização por danos morais. Serão apresentadas decisões sobre a função compensatória do dano moral e também decisões sobre função punitiva, abordando critérios e princípios utilizados pelos tribunais.

3.1 - A função compensatória da indenização por dano moral.

A doutrina e jurisprudência orientam que a função da indenização por dano moral é compensatória e punitiva. Na função compensatória, a indenização objetiva minimizar o sofrimento do ofendido e servir a indenização como conforto e alento pelo dano sofrido, pois quando se trata de dano moral torna-se difícil a vítima retornar ao estado anterior à lesão.

Clayton Reis¹⁰⁹ assevera que a indenização por danos extrapatrimoniais “funda-se na gama de possibilidades que o recurso financeiro possibilita às pessoas para aplacar suas mágoas ou aflições”. O referido autor ainda tem orientação no seguinte sentido:

(...) o efeito compensatório não possui função de reparação no sentido lato da palavra, mas apenas e tão-somente de conferir à vítima um estado d'alma que lhe outorgue a sensação de uma retorno do seu animus ferido á situação, à semelhança do que ocorre no caso de ressarcimento dos danos patrimoniais. É patente que a sensação aflitiva vivenciada pela vítima, decorrente das lesões sofridas, não se recompõe mediante o pagamento de uma determinada indenização, mas apenas sofre um efeito de mera compensação ou satisfação¹¹⁰.

Segundo o professor Leonardo Roscoe Bessa, os danos morais possuem um caráter compensatório, referindo-se a valores que não se podem mensurar, e que por isso o dinheiro serviria como uma forma de amenizar o mal sofrido.¹¹¹

Para Paulo Roque, o abalo por dano moral não é passível de restituição integral do prejuízo, pela própria natureza do bem envolvido, e por este motivo, a indenização serve como uma forma de minimizar o dano sofrido¹¹².

¹⁰⁹ REIS, Clayton. **Dano moral**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 88.

¹¹⁰ REIS, Clayton. **Os novos rumos da indenização do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 186.

¹¹¹ BESSA, Leonardo Roscoe. **O consumidor e seus direitos: ao alcance de todos**. 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004, p. 36.

Flori Antônio Tasca¹¹³ assevera, no caso de danos extrapatrimoniais, não ser possível retornar ao estado anterior ao da lesão, como ocorre quando há dano de ordem patrimonial, e que por isso a indenização serve como um alento ao ofendido, para minimizar o seu sofrimento decorrente do dano extrapatrimonial.

Para Cavalieri Filho, há a necessidade de recolocar o prejudicado no estado anterior ao da lesão, veja-se:

(...) o dano causado pelo ato ilícito rompe o equilíbrio jurídico-econômico anteriormente existente entre o agente e a vítima. Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no *status quo ante*¹¹⁴.

O autor André Gustavo de Andrade¹¹⁵ expressa que na função compensatória a indenização mede-se apenas pela extensão do dano, e que por isso a figura da vítima é o que importa, não se levando em conta a conduta do ofensor, seu grau de culpa e capacidade econômica.

É cristalino o entendimento da doutrina ao interpretar a função compensatória como uma forma de tentar fazer com que o ofendido tenha seu sofrimento minimizado, tentando ao máximo fazer com que o ofendido retorne ao estado anterior ao da lesão, mesmo isso não sendo totalmente possível quando se trata de dano extrapatrimonial.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de reconhecimento da função compensatória da indenização, sem, contudo deixar de apreciar a função punitiva. Ocorre que nas indenizações em que prevalece o caráter punitivo, é levada em consideração, precipuamente a reprovabilidade da conduta do ofensor, enquanto que na função ressarcitória o que prevalece é a análise do ofendido.

Em voto da Ministra Nancy Andrighi, o entendimento sobre a função compensatória é no seguinte sentido:

Recurso Especial. Direito Civil. Danos Morais. Acidente de Trânsito. Lesão Permanente. A indenização por dano moral deve atender a uma relação de proporcionalidade, não podendo ser insignificante a ponto de não cumprir

¹¹² KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2005, p. 146.

¹¹³ TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade Civil** – dano extrapatrimonial por abalo de crédito. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000, p. 199.

¹¹⁴ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 13.

¹¹⁵ ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano moral & indenização punitiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 224.

com sua função penalizante, nem ser excessiva a ponto de desbordar da razão compensatória para a qual foi predisposta. Excepcionalmente, o controle da quantificação do dano moral é admitida em sede de Recurso Especial para que não se negue ao lesado o direito à reparação pela ação ilícita de outrem. Recurso Especial provido.¹¹⁶

Os tribunais de justiça brasileiros seguem o entendimento da observância da função compensatória. Nota-se que no presente julgado, há a função terapêutico-compensatória, sendo essa função terapêutica, uma forma de se minimizar o sofrimento do ofendido:

Responsabilidade Civil. Queda ocasionada por buraco na via pública. Lesão corporal. Indenização por dano moral. Há responsabilidade da Administração quando o fatídico decorre de falha na preservação da coisa pública. Arbitramento da indenização pelo dano moral no valor de R\$ 15.000,00, satisfazendo sua função terapêutico-compensatória. Ação julgada parcialmente procedente. Recurso improvido¹¹⁷.

Há doutrinadores que defendem apenas a função compensatória do dano moral, afirmando que a função punitiva não deve ser levada em consideração. De acordo com o que preconiza o professor Hector Valverde Santana, a indenização por dano moral não tem o condão de punir o agente causador do dano, sendo o valor de tal indenização apenas uma forma de diminuir o prejuízo moral sofrido pela vítima¹¹⁸.

Segundo S. J. de Assis Neto¹¹⁹, que também é contrário à função punitiva da indenização por danos morais, saliente que indenizar significa ressarcir a pessoa lesada, e não, punir o ofensor pelo ato praticado. O referido autor defende a aplicação apenas da função compensatória da seguinte maneira:

Desta forma, em que pese a bem estruturada doutrina que defende a compensação e a punição, separadamente, como os critério para fixação do valor, considero mais viável a fixação levando-se em conta a compensação como sanção em si mesmo, posto que, da natureza da sentença condenatória cível, deflui-se o caráter sancionatório suficiente para que o ofensor não volte mais a atuar daquela maneira¹²⁰.

¹¹⁶ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp 318.379 - 3ª Turma, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de 04.02.02, p. 352.

¹¹⁷ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – Apelação Cível nº 1098071520088260053 SP 0109807-15.2008.8.26.0053, Relator: Coimbra Schmidt, Data de Julgamento: 10/09/2012, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 13/09/2012

¹¹⁸ SANTANA, Héctor Valverde. **Dano moral no direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 211.

¹¹⁹ ASSIS NETO, S. J. de. **Dano moral**: aspectos jurídicos. Araras: Bestbook, 1998, p. 124.

¹²⁰ ASSIS NETO, S. J. de. **Dano moral**: aspectos jurídicos. Araras: Bestbook, 1998, p. 126.

O Superior Tribunal de Justiça, em um caso de difícil análise para quantificação da indenização moral, entendeu como aplicável apenas o caráter compensatório-reparatório da indenização, deixando de aplicar a função punitiva-pedagógica, veja-se:

Processo civil. Civil. Recurso Especial. Ação de indenização. Danos morais. Ocorrência. Inclusão indevida em registro de proteção ao crédito. Constrangimento previsível. Débito quitado. Indenização. Valor excessivo. Redução. 1.(...). 2.(...). 3. (...). **4. Diante das particularidades do caso em questão, dos fatos assentados pelas instâncias ordinárias, bem como observados os princípios de moderação e da razoabilidade, o valor fixado pelo Tribunal a quo, a título de danos morais, em R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mostra-se excessivo, não se limitando à compensação dos prejuízos advindos do evento danoso. Assim, para assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem, no entanto, incorrer em enriquecimento ilícito, reduzo o valor indenizatório para fixá-lo na quantia certa de R\$ 300,00 (trezentos reais).** 5. Recurso conhecido parcialmente e, nesta parte, provido¹²¹. (grifo nosso)

O presente caso trata-se de um cliente da Caixa Econômica Federal – CEF, que teve seu nome indevidamente inscrito em um registro de proteção ao crédito pela instituição. Na sentença o juiz condenou a CEF ao pagamento de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) de indenização por danos morais. Em sede recursal, a condenação foi reduzida para apenas R\$ 300,00 (trezentos reais), sob o fundamento de que o valor arbitrado em sentença era exorbitante, haja vista o ofendido já ter tido seu nome inscrito nos registros de proteção ao crédito em outras ocasiões, sendo o valor de R\$ 300,00, suficiente para assegurar a justa reparação do lesado.

É claramente nítido que houve a observância apenas do caráter compensatório do dano moral no presente caso, mas há de se observar que também houve um exagero ao se diminuir a indenização tão bruscamente, sendo certo que tal valor não serviria como forma de compensar o ofendido, haja vista que essa quantia não proporciona qualquer forma de conforto que lhe diminua o dano moral sofrido.

Dessa forma, é possível se estabelecer que a função compensatória da indenização por dano moral deve atender o objetivo de se atenuar o prejuízo moral sofrido pelo ofendido, fazendo com que lhe possibilite desfrutar do valor da indenização como forma de lhe recolocar no estado anterior ao da lesão, mesmo isso não sendo inteiramente possível quando se trata de indenização por danos extrapatrimoniais.

¹²¹ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp. nº 724.304-PB, Quarta Turma, Rel.: Min. Jorge Scartezini, DJe 12.09.2005.

3.2 A função punitiva da indenização por dano moral

A função punitiva dos danos morais tem como principal finalidade punir o causador do dano evitando com que o mesmo volte a cometer o ato ilícito. É preciso analisar objetivamente a capacidade econômica do ofensor para que essa função punitiva se mostre razoável, sob pena da indenização não causar um abalo ao ofensor, incentivando-o a cometer novamente os mesmos atos ilícitos. Para Rizzato Nunes¹²², quanto mais poder econômico o ofensor tiver, mais se justifica a elevação do *quantum* indenizatório.

Para Hector Valverde Santana¹²³, o dano moral punitivo dá enfoque ao agente causador do dano e não à vítima, ou seja, na função compensatória a atenção se volta ao ofendido e na função punitiva a atenção se volta para o lesionador.

A jurisprudência dos principais tribunais brasileiros, embora esse entendimento não seja o que prevalece, vem seguindo a orientação de que é preciso levar em consideração a função punitiva dos danos morais.

O Superior Tribunal de Justiça tem vários julgados nesse sentido, veja-se:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ATOS DOLOSOS. CARÁTER PUNITIVO-PEDAGÓGICO E COMPENSATÓRIO DA REPARAÇÃO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NA FIXAÇÃO. UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO INDEXADOR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 475-J DO CPC. VIOLAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Na fixação do valor da reparação do dano moral por ato doloso, atentando-se para o princípio da razoabilidade e para os critérios da proporcionalidade, deve-se levar em consideração o bem jurídico lesado e as condições econômico-financeiras do ofensor e do ofendido, sem se perder de vista o grau de reprovabilidade da conduta e a gravidade do ato ilícito e do dano causado.

2. Sendo a conduta dolosa do agente dirigida ao fim ilícito de ceifar as vidas das vítimas, o arbitramento da reparação por dano moral deve alicerçar-se também no caráter punitivo e pedagógico da compensação.

3. Nesse contexto, mostra-se adequada a fixação pelas instâncias ordinárias da reparação em 950 salários mínimos, a serem rateados entre os autores, não sendo necessária a intervenção deste Tribunal Superior para a revisão do valor arbitrado a título de danos morais, salvo quanto à indexação.

4. (...)

5. (...)

6. Recurso especial parcialmente provido¹²⁴. (grifo nosso)

¹²² NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 314.

¹²³ SANTANA, Héctor Valverde. **Dano moral no direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 193.

O presente caso trata-se de um homicídio qualificado por motivo fútil e tentativa de homicídio contra os autores da ação de indenização por danos morais. Foi estabelecida a indenização de 950 salários mínimos para os autores ratearem entre si. Em sede de recurso especial, o STJ determinou que a indenização se mostrou adequada, tendo em vista que a conduta do agente foi dirigida para o fim de ceifar a vida das vítimas, e que esse valor serviria como uma função punitiva ao assassino, tendo em vista a finalidade de tal função, qual seja, fazer com que o ofensor não volte a praticar tais atos ilícitos.

Para Cavalieri Filho, a função punitiva do dano moral deve ser adotada “quando o comportamento do ofensor se revelar particularmente reprovável – dolo ou culpa grave”¹²⁵. É exatamente como o caso em comento, em que o autor do homicídio tinha a intenção de matar.

O Superior Tribunal de Justiça também já demonstrou o entendimento dos danos punitivos elevando o *quantum* indenizatório, pois considerou que o comportamento dos ofensores foi altamente reprovável, devendo haver uma indenização com um caráter mais punitivo e pedagógico ao ofensor, veja-se:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AGRESSÃO FÍSICA AO CONDUTOR DO VEÍCULO QUE COLIDIU COM O DOS RÉUS. REPARAÇÃO DOS DANOS MORAIS. ELEVAÇÃO. ATO DOLOSO. CARÁTER PUNITIVO-PEDAGÓGICO E COMPENSATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Na fixação do valor da reparação do dano moral por ato doloso, atentando-se para o princípio da razoabilidade e para os critérios da proporcionalidade, deve-se levar em consideração o bem jurídico lesado e as condições econômico-financeiras do ofensor e do ofendido, sem se perder de vista o grau de reprovabilidade da conduta do causador do dano no meio social e a gravidade do ato ilícito. 2. **Sendo a conduta dolosa do agente dirigida ao fim ilícito de causar dano à vítima, mediante emprego de reprovável violência física, o arbitramento da reparação por dano moral deve alicerçar-se também no caráter punitivo e pedagógico da compensação, sem perder de vista a vedação do enriquecimento sem causa da vítima.** 3. Na hipótese dos autos, os réus espancaram o autor da ação indenizatória, motorista do carro que colidira com a traseira do veículo que ocupavam. Essa reprovável atitude não se justifica pela simples culpa do causador do acidente de trânsito. Esse tipo de acidente é comum na vida diária, estando todos suscetíveis ao evento, o que demonstra, ainda mais, a reprovabilidade da atitude extrema, agressiva e perigosa dos réus de, por meio de força física desproporcional e excessiva, buscarem vingar a involuntária ofensa patrimonial sofrida. 4. Nesse contexto, o montante de R\$ 13.000,00, fixado pela colenda Corte a quo, para os dois réus, mostra-se

¹²⁴ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp. nº 1.300.187-MS, Quarta Turma, Ministro Raul Araújo, DJe 28/05/2012.

¹²⁵ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9. ed., ver. e ampl., São Paulo: Atlas, 2010, p. 99.

irrisório e incompatível com a gravidade dos fatos narrados e apurados pelas instâncias ordinárias, o que autoriza a intervenção deste Tribunal Superior para a revisão do valor arbitrado a título de danos morais. 5. Considerando o comportamento altamente reprovável dos ofensores, deve o valor de reparação do dano moral ser majorado para R\$ 50.000,00, para cada um dos réus, com a devida incidência de correção monetária e juros moratórios. 6. Recurso especial provido¹²⁶. (grifo nosso)

No presente caso, após a colisão de veículos, os réus espancaram o motorista, autor da ação indenizatória, e que colidira com o veículo em que estavam. O principal ponto considerado no acórdão para se estabelecer o critério punitivo, foi o fato de que acidentes são comuns e todos estão suscetíveis a esse tipo de acontecimento, e a atitude extrema de violência demonstra ainda mais a reprovabilidade da conduta. De acordo com Humberto Theodoro Junior¹²⁷ essa sanção desestabiliza o agente e desestimula a prática de condutas similares.

No entender de Antônio Jeová Santos, além de haver o caráter ressarcitório, a indenização deve servir para coibir a prática de outros atos danosos, veja-se:

A indenização do dano moral, além do caráter ressarcitório, deve servir como sanção exemplar. A determinação do montante indenizatório deve ser fixado tendo em vista a gravidade objetiva do dano causado e a repercussão que o dano teve na vida do prejudicado, o valor que faça com que o ofensor se evada de novas indenizações, evitando outras infrações danosas. **Conjuga-se, assim, a teoria da sanção exemplar à do caráter ressarcitório, para que se tenha o esboço do *quantum* na fixação do dano moral.**¹²⁸ [Sem grifos no original]

No Brasil, a corrente que adota os danos punitivos é minoritária. Essa corrente afirma que a indenização não visa o ofendido e nem seu prejuízo, mas a conduta do ofensor. Pablo Stolze¹²⁹ analisa a função punitiva como uma pena civil, que reprovava e reprime o ofensor. Para Clayton Reis, “o sentido punitivo objetiva refrear os impulsos antissociais do ofensor, bem como produzir medida exemplar no meio social¹³⁰”.

Carlos Alberto Bittar defende os danos punitivos como a fórmula correta a fim de desestimular condutas ilícitas:

¹²⁶ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp. nº 839.923-MG, Quarta Turma, Ministro Raul Araújo, DJe 15/05/2012.

¹²⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano Moral**. 6. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2009, p. 41.

¹²⁸ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 162.

¹²⁹ GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: abrangendo o Código Civil de 1916 e o novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 86.

¹³⁰ REIS, Clayton. **Os novos rumos da indenização do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 119-200

Ora, num momento em que crises de valores e de perspectivas assolam a humanidade, fazendo recrudescer as diferentes formas de violência, esse posicionamento [o da condenação em quantia significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante constitui sólida barreira jurídica a atitudes ou a condutas incondizentes com os padrões éticos médios da sociedade. De fato, a exacerbação da sanção pecuniária é fórmula que atende às graves conseqüências que de atentados à moralidade individual ou social podem advir. Mister se faz que imperem o respeito humano e a consideração social, como elementos necessários para a vida em comunidade¹³¹.

Alguns autores ainda defendem a posição de que o dano moral de caráter punitivo deve ser aplicado em situações pontuais. Maria Celina Bodin¹³² afirma que os danos morais punitivos devem ser aceitos apenas quando se tratar de uma conduta demasiadamente ofensiva e repugnante, e quando ocorrer lesão a um grande número de pessoas.

A problemática acerca da prevalência da função punitiva do dano moral pode estar no fato de ocorrer a possibilidade do enriquecimento sem causa do ofendido, ou seja, dar mais do que realmente ele deveria receber para se retornar ao status anterior à lesão, e também no fato de que no Brasil se enfatiza mais o ofendido que o ofensor.

O enriquecimento ilícito, ou sem causa, é um assunto que já possui previsão expressa no Código Civil Brasileiro. O artigo 884¹³³ estabelece que quem se enriquecer, sem justa causa, à custa de outrem será obrigado a restituir o auferido.

O Superior Tribunal de Justiça tem vários julgados a respeito do assunto enriquecimento sem causa. Como exemplo, veja-se:

EMENTA: Comercial e Processual Civil. Duplicata. Protesto. Desfazimento da transação mercantil subjacente. Ciência do banco endossatário. Dano moral. Pessoa jurídica. Arbitramento. Instância especial. Possibilidade. Recurso provido. (...) VI - A indenização por dano moral deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte empresarial das partes, às suas atividades comerciais e, ainda, ao valor do negócio. Há de orientar-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom

¹³¹ BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 233.

¹³² In Pontes de Miranda. Tratado de Direito Civil, cit., t.22, p.183 extraída de MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: uma leitura Civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.261-262.

¹³³ BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Artigo 884 - Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

senso, atento à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades de cada caso¹³⁴.

Alguns autores sustentam ainda que a função punitiva dos danos morais afronta o princípio da legalidade, haja vista que para haver uma pena é preciso haver uma previsão legal. Wilson Melo da Silva¹³⁵ afirma que para haver uma pena é preciso “um texto legal expresso que a comine e um delito que a justifique”. Para o referido autor, o delito é apenas um fato gerador da indenização, e no juízo cível o que se busca ressarcir é a consequência do dano, dando foco ao ofendido e não ao ofensor.

Antônio Jeová Santos¹³⁶, apesar de também defender o caráter punitivo, analisa o dano punitivo no mesmo sentido, afirmando que a indenização não pode possuir caráter sancionatório pelo fato de não haver uma lei expressa disciplinadora, o que afronta o princípio da legalidade, pois “não há crime sem lei anterior que o defina e nem pena sem prévia cominação legal”.

Dessa forma, um entendimento a ser aplicado é a compatibilização com a situação econômica do ofensor, de forma a não haver um valor demasiado a ponto de enriquecer ou levar o ofensor à falência, e nem tão pouco um valor irrisório a ponto de não ter um caráter disciplinador.

Seria possível, também, corroborando com o entendimento de Antonio Jeová Santos¹³⁷, que o valor da indenização por dano moral não se direcionasse apenas para o ofendido, mas fosse destinada à instituições beneficentes, haja vista que o alcance do dano moral, várias das vezes, atinge toda a sociedade e não apenas o ofendido.

¹³⁴ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp. nº 203.755-MG, Quarta Turma, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 21/06/1999.

¹³⁵ SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993, p. 573.

¹³⁶ SANTOS, Antônio Jeová dos. **Dano moral indenizável**. 3. ed., São Paulo: Editora Método, 2001, p.174.

¹³⁷ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 176-177.

3.3 – A inadequação da proeminência da função compensatória em detrimento da função punitiva na indenização por dano moral.

No Brasil, a fixação da indenização por danos morais leva em consideração, na grande maioria dos casos, a função compensatória e punitiva.

Para Hector Valverde Santana, que defende a função compensatória, a indenização visa o consolo do lesado, a satisfação de uma injustiça, o que ameniza o prejuízo.¹³⁸ Para Clayton Reis, diante da impossibilidade de se igualar o dano com a indenização, a função do ressarcimento torna-se satisfatória, compensatória.¹³⁹

Maria Helena Diniz, argumenta que o ressarcimento do dano moral não será igual ao ressarcimento pelo dano patrimonial, ele terá um caráter satisfatório para o ofendido e punitivo para o ofensor¹⁴⁰. Comunga do mesmo entendimento, Rizzato Nunes¹⁴¹, entendendo que a indenização deve proporcionar ao ofendido a amenização da dor e também deve servir como castigo ao ofensor, com o objetivo de persuadi-lo de praticar novas lesões.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de reconhecimento da função compensatória e punitiva da indenização, veja-se:

A indenização por dano moral deve atender a uma relação de proporcionalidade, não podendo ser insignificante a ponto de não cumprir com sua função penalizante, nem ser excessiva a ponto de desbordar de sua *ratio essendi* compensatória, e, assim, causar um enriquecimento indevido à parte. É preciso que o prejuízo da vítima seja aquilatado numa visão solidária da dor sofrida, para que a indenização se aproxime o máximo possível do justo. Na hipótese dos autos, restou patente que, em decorrência do acidente sofrido, foram de grande monta os sofrimentos suportados pela autora, seja no desgaste a que foi acometida de ter de se submeter a tratamento médico-cirúrgico, seja nos efeitos negativos psicológicos que a deformidade lesionante na face da autora trouxeram a sua vaidade feminina, afetando, até nova adaptação, seu convívio familiar e social. Com efeito, a complexidade de ser humano e seus sentimentos não podem ser olvidados no proferimento de juízos de valor, e na avaliação do *quantum* a ser estipulado à título de compensação, por certo imperfeita, dos danos morais.¹⁴²

¹³⁸ SANTANA, Hector Valverde. **Dano moral no direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 212.

¹³⁹ REIS, Clayton. **Avaliação do dano moral**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p.79.

¹⁴⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito brasileiro: responsabilidade civil**. 16. ed., São Paulo: Saraiva, 2002, 7 v, p. 95.

¹⁴¹ NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **O dano moral e sua interpretação jurisprudencial**. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 02.

¹⁴² BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. REsp. nº 318379. Relatora: Nancy Angrighi. Brasília, DF, 20 set. 01. DJ de 04.02.02, p. 352.

Alguns autores ainda entendem que o ressarcimento do dano moral ainda tem uma função pedagógica, exemplar. Essa função tem um “aspecto intimidativo e desestimulador de futuras violações de direitos da personalidade, em que se busca evitar condutas semelhantes de outros integrantes da coletividade.”¹⁴³ Antônio Jeová Santos entende da seguinte forma:

A indenização do dano moral, além do caráter ressarcitório, deve servir como sanção exemplar. A determinação do montante indenizatório deve ser fixado tendo em vista a gravidade objetiva do dano causado e a repercussão que o dano teve na vida do prejudicado, o valor que faça com que o ofensor se evada de novas indenizações, evitando outras infrações danosas. Conjugasse, assim, a teoria da sanção exemplar à do caráter ressarcitório, para que se tenha o esboço do *quantum* na fixação do dano moral.¹⁴⁴

A função punitiva vem sendo adotada vagarosamente, buscando entrar no espaço das indenizações por danos morais, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência.¹⁴⁵ Essa função punitiva, tem como base além do ressarcimento do ofendido, a punição do agente, visando desestimular a prática novas lesões.¹⁴⁶ Clayton Reis¹⁴⁷ observa que a “função punitiva tem o objetivo de refrear os anseios antissociais do ofensor.”

Para Carlos Alberto Bittar¹⁴⁸, o dano moral deve ser indenizado com o objetivo de desestimular o ofensor à prática de novos atos lesivos, dando à sociedade uma resposta de que a ofensa, a lesão, não ficou sem a devida indenização.

Na função punitiva da indenização pelo dano moral, deve ser levado em consideração a capacidade econômica do ofensor, seguindo a ideia lógica de que quanto maior a capacidade econômica, maior a quantia indenizatória. Segundo Rizzato Nunes, “quanto mais poderoso ele for, mais se justifica a elevação da quantia a ser fixada.”¹⁴⁹ Esse entendimento é o que coaduna com a visão de desestímulo do ofensor, pois se o valor indenizatório for de pequeno montante quando levada em consideração a capacidade econômica, a função de desestímulo das ofensas lesivas não acontecerá.

¹⁴³ SANTANA, Hector Valverde. **Dano moral no direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 219.

¹⁴⁴ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 162.

¹⁴⁵ MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil - constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 218.

¹⁴⁶ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano Moral**. 6. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2009, p. 41.

¹⁴⁷ REIS, Clayton. **Os novos rumos da indenização do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 119-200.

¹⁴⁸ BITTAR, C.A. Atualizada por Eduardo Bittar. **Responsabilidade Civil, Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

¹⁴⁹ NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 314.

O Projeto de Lei n.º 6.960/2002 pretendia acrescentar um parágrafo ao artigo 944 do Código Civil, sendo de seguinte teor: “a reparação do dano moral deve constituir-se em compensação ao lesado e adequado desestímulo ao lesante.”¹⁵⁰

Outro projeto, semelhante ao PL 6.960/2002, tramitou no Senado Federal. É o PLS n.º 413/2007, que pretendia acrescentar um parágrafo ao artigo 944 do Código Civil, para que a indenização por dano moral tenha função compensatória e também punitiva. Logicamente, esses projetos visam instituir o desestímulo ao lesante, visam não tratar o problema em si, mas evitar o problema.

Wilson Melo da Silva faz críticas sobre a função punitiva do dano moral, adotando entendimento que a função punitiva só será possível se houvesse “um texto legal expresso que a comine e um delito que a justifique, ou seja, *nulla poena sine lege*”. Para o referido autor, na esfera cível, o que se busca é ressarcir o dano, e não punir o ofensor.¹⁵¹

Antônio Jeová Santos¹⁵² entende de forma que a função sancionatória só é possível se houver lei que o discipline, caso contrário, violaria o princípio da legalidade, haja vista não existir pena sem prévia cominação legal.

O melhor entendimento a se considerar, é levar em consideração a capacidade econômica das partes, e não apenas se considerar a função compensatória e deixar a função punitiva de lado. Segundo orienta Venosa, deve se levar em consideração a capacidade econômica dos envolvidos, e a indenização deve fazer sentido tanto para o ofensor quanto para o ofendido, não podendo o valor indenizatório ser considerado esmola para o primeiro e nem fonte de enriquecimento para o segundo¹⁵³.

Em decisão do Superior Tribunal de Justiça¹⁵⁴, já foi entendido que a função compensatória era determinante para a quantificação do dano moral. O lesado teve seu nome indevidamente inscrito nos registros de proteção ao crédito pela Caixa Econômica Federal. Na sentença, a instituição bancária foi condenada ao pagamento de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Em sede recursal, a condenação foi reduzida para R\$ 300,00 (trezentos reais), sob o

¹⁵⁰ BRASIL. SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/default.asp>>. Acesso em: 10 set. 2009.

¹⁵¹ SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993, p. 573.

¹⁵² SANTOS, Antônio Jeová dos. **Dano moral indenizável**. 3 ed., São Paulo: Editora Método, 2001, p.174.

¹⁵³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2002, p. 33.

¹⁵⁴ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REsp. n.º 724.304-PB, Quarta Turma, Rel.: Min. Jorge Scartezini, DJe 12.09.2005.

argumento de que o lesado já teve seu nome inscrito nos registros de proteção ao crédito outras vezes e que por este motivo o valor arbitrado em sentença era exorbitante, e serviria como fonte de enriquecimento ao lesado.

Nota-se, claramente, que no caso em comento não foi levada em consideração a função punitiva da indenização, haja vista que o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), não serve como punição a uma instituição do porte da CEF.

Mas esse não é o entendimento que vem sendo seguido pelos tribunais pátrios. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal tem entendimento no sentido de se levar em consideração também o caráter punitivo da indenização, veja-se:

Civil. Consumidor. Empresa de transporte rodoviário. Negativa de passagem gratuita a pessoa idosa. Abuso de direito. Irregularidade comprovada. Dano moral configurado. **Valor fixado aquém do dano face à capacidade financeira do ofensor e a capacidade econômica do ofendido. Fixação do "quantum" em atenção às funções pedagógica, preventiva e punitiva, capazes de gerar respeito à pessoa humana.** Recurso provido.

I - Reconhecido o dano moral na sentença, o mesmo não pode ser fixado de forma a estimular a conduta do Requerido à prática de abuso de direito.

II – (...).

III - O "*quantum*" fixado na indenização de danos morais deve atentar para as circunstâncias específicas do evento, para a situação patrimonial das partes (condição econômico-financeira), para a gravidade da repercussão da ofensa, atendido o caráter compensatório, pedagógico e punitivo da condenação, sem gerar enriquecimento indevido, sempre em sintonia com os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade. Majoração que se impõe, à luz do caso concreto.

IV - Recurso provido. Unânime.¹⁵⁵ (sem grifos no original)

Dessa forma, conclui-se que a indenização por danos morais não deve levar em consideração apenas o ressarcimento do prejuízo, mas deve servir como uma sanção, um desestímulo a não ocorrência de fatos semelhantes. Há autores que defendem que os valores da indenização com caráter punitivo poderiam ser destinados não para o ofendido, mas para instituições ou fundos públicos, como uma forma de evitar o enriquecimento do ofendido. Isso faria com que se diminuam os atos ilícitos e, conseqüentemente, diminuiriam o número de demandas envolvendo danos morais, deixando o judiciário um pouco menos moroso ¹⁵⁶.

¹⁵⁵ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. Apelação Cível nº. 20060810007897. Ementa: [...] Relator: Alfeu Machado. Brasília, DF, 24 out. 2007, DJ de 10/11/2006, p. 176.

¹⁵⁶ MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana:** uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 263.

CONCLUSÃO

O direito deve sempre acompanhar os anseios da sociedade, seus avanços, as mudanças de comportamento e o relacionamento entre as pessoas.

O tema dano moral, mais especificamente a indenização por danos morais, é de grande relevância na sociedade, haja vista tratar-se de ofensas a direitos da personalidade, e ser um assunto que não possui uma regulamentação específica, sendo prevista apenas a admissão da reparação do dano moral.

Com o propósito de dar um norte à problemática acerca da fixação da indenização por danos morais, o presente trabalho apresentou institutos sobre a responsabilidade civil, o dano moral, os critérios e funções utilizados pelos juízes para fixar o valor da indenização.

Foram feitas análises dos critérios utilizados pelos juízes, como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a consideração da capacidade econômica das partes, e também foi estabelecido que a indenização deve obedecer, obrigatoriamente, a uma dupla função, qual seja, compensatória e punitiva, não devendo haver a proeminência da função compensatória em detrimento da função punitiva, haja vista o expressivo aumento das demandas envolvendo indenização por dano moral, pois tal função punitiva serve como exemplo e faz com que diminuam os anseios ilícitos dos causadores de danos.

Há um grande problema envolvendo a indenização por danos morais, que é a etapa da fixação do quantum indenizatório. O judiciário vem adotando critérios como a razoabilidade e proporcionalidade, e dando à indenização uma dupla função, qual seja, compensatória e punitiva. Ocorre que tal função punitiva, muitas vezes não é adotada de forma mais rígida, a fim de servir como exemplo e refrear os anseios de outros causadores de danos.

A pesquisa propôs o seguinte problema central: é possível na introdução do direito a adoção de critérios proeminentemente punitivos na quantificação da indenização por danos morais? A hipótese respondeu afirmativamente ao problema proposto.

No primeiro capítulo foram estabelecidos conceitos acerca do tema responsabilidade civil, ponto de partida para que se tenha qualquer tipo de indenização. O tema dano moral foi tratado com conceitos e posicionamentos doutrinários sendo tecidas

explicações sobre os pressupostos para a quantificação da indenização por dano moral, auxiliando, assim, na busca pela resposta ao problema.

No segundo capítulo tratou-se, especificadamente, o tema da quantificação do dano moral, como os critérios mais adequados, o arbítrio judicial, dentre outros assuntos pertinentes ao tema, pelo fato de que é preciso analisar detalhadamente os critérios e o livre arbítrio judicial, pois é a partir daí que se tem a quantificação da indenização.

No terceiro capítulo foram apresentadas decisões acerca do tema dano moral, os critérios utilizados pelos julgadores para quantificar a indenização por danos morais. Foram analisadas decisões sobre a função compensatória do dano moral e também decisões sobre a função punitiva, abordando critérios e princípios utilizados pelos tribunais. Neste capítulo foi respondida diretamente a pergunta central do presente trabalho, sendo analisadas doutrinas e decisões judiciais para tal fim.

O presente trabalho avaliou a consideração dos critérios utilizados pelos juízes para fixar o valor da indenização no dano moral, bem como as funções da indenização, compensatória e punitiva, analisando e chegando à conclusão, precipuamente que não pode haver a proeminência da função compensatória em detrimento da função punitiva na indenização por dano moral, pois é a função punitiva que visa inibir os ofensores à prática de atos ilícitos, e, conseqüentemente, reduz o número de demandas envolvendo indenização por dano moral.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano moral & indenização punitiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- ASSIS NETO, S J. **Dano moral – Aspectos Jurídicos**. São Paulo: Bestbook, 1998.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**, São Paulo: Saraiva, 1989, 2 v.
- BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- BESSA, Leonardo Roscoe. **O consumidor e seus direitos: ao alcance de todos**. 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.
- BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BITTAR, C.A. Atualizada por Eduardo Bittar. **Responsabilidade Civil, Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2008.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9. ed., ver. e ampl., São Paulo: Atlas, 2010.
- CIANCI, Mirna. **O Valor da Reparação Moral**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações. Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. 2 v.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**, São Paulo: Saraiva, 1998.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, 7 v.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 7 v.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**; Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRAZ, Sérgio. **Responsabilidade civil por dano ecológico**. São Paulo: Revista de Direito Público, 2000, 49 v.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003. 3 v.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: abrangendo o Código Civil de 1916 e o novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, 4 v.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**, São Paulo: Martin Claret, 2002.

In Pontes de Miranda. Tratado de Direito Civil, cit., t.22, p.183 extraída de MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: uma leitura Civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, Teresa Ancona. **O dano estético: responsabilidade civil**, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. **Dano moral na Lei de Imprensa**. RJ nº 251 – SET/98.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil - constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**, São Paulo: Saraiva, 2003, 1. v.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **O dano moral e sua interpretação jurisprudencial**. São Paulo: Saraiva, 1999.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2004

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, 5 v.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**, 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

REALE, Miguel. **O dano moral no direito brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, Clayton. **Dano moral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

REIS, Clayton. **Avaliação do dano moral**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

REIS, Clayton. **Os novos rumos da indenização do dano moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SANTANA, Héctor Valverde. **Dano moral no direito do consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANTOS, Antonio Jeová da Silva. **Dano Moral Indenizável**. 3. ed. São Paulo: Método, 2001.

SANTOS, Antônio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4ª ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SEVERO, Sergio. **Os danos extrapatrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 1996.

SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.

SILVIO, Rodrigues. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 1975, 2, 3 e 4 v.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TASCA, Flori Antonio. **Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial por abalo ao crédito**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Responsabilidade civil – danos morais e patrimoniais – acidente no trabalho – ato de preposto**. ST nº 84 - JUN/96.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Dano moral**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano Moral**. 6. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2009

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 4 v.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Coleção de Direito Civil. V. IV**. São Paulo: Atlas, 2005.